



**#Rio2016**

## **O maracá de Mônica Lima dita o ritmo das resistências que nunca emudecem**

Originalmente publicado no [Medium](#), em 13 de julho de 2016

Autoria de Thiago Mendes / Instituto PACS

Fotos de Anette Alencar



Foto: Anette Alencar/ Instituto Pacs

Seria pedir demais que Mônica Lima contasse sua história sem falar da militância acumulada nas diversas frentes que encampa. Indígena da etnia Manaú, do tronco Arawak, ela atua há 21 anos como profissional de saúde no Hospital Universitário Pedro Ernesto e foi educadora do sistema prisional até outubro de 2014, quando foi afastada por uma decisão de cunho político. Do

direito à saúde à causa indígena, passando pela luta por uma sociedade menos punitivista, a trajetória da militante reúne histórias marcadas pelo rolo compressor dos interesses da cidade dos megaeventos.

A cosmovisão indígena — o respeito à terra, a influência da água nos ciclos da vida, a experiência em comum, entre outras coisas — Mônica aprendeu na vivência em torno dos seus, na Aldeia Maracanã, mas também com seu avô. “Sou uma índia num contexto urbano. Não vivo aldeada, apesar de às vezes estar nas aldeias. Meu avô foi um índio aldeado trazido para a cidade para trabalhar. Eu tive pouca vivência com ele, mas eu me lembro de alguma coisa: um respeito muito grande pela vida, as rezas nos rituais, todo esse respeito com animais. Uma das coisas que aprendi com ele é que não é o ser humano que é o centro dessa cultura eurocêntrica, todos têm os seus direitos”, compartilha Mônica.

Na aldeia situada ao lado do estádio da final da Copa de 2014, onde os governos deixaram perecer o antigo Museu do Índio, construído em 1862, o som dos maracás fez ecoar ancestralidades adormecidas em Mônica. O maracá imita o som dos pássaros e conecta a aldeia com a espiritualidade dos antepassados que debaixo daquela terra repousam, segundo é a crença comum.

O canto dos pássaros e o instrumento são igualmente sagrados para os indígenas, e por isso ela faz questão de exibir nas fotos os sons que sempre o acompanham na bolsa e na militância. “O maracá é coletivo, é de todos, não tem dono. Nos rituais, ele passa por todos que estão na roda. A nossa cultura é muito circular”, detalha ela.



Fotos: Anette Alencar/ Instituto Pacs

**Maraca'na, segundo Mônica**, significa um "maracá coletivo", sentido muito distante do que é o estádio, olhado de cima, imita o desenho de um grande maracá. O Maracanã já não é mais nosso, nem de fanáticos e fanáticas por futebol. Não há mais "geral", nem vendedores ambulantes nas arquibancadas. Depois de receber do governo do estado o direito de administrar o estádio, os novos donos do Maracanã decidiram não dividir mais espaço com os índios, que retornaram em 2006 ao local onde estão enterrados seus ancestrais, decisão tomada depois de um congresso indígena.

Na investida da polícia em janeiro de 2013, a Aldeia resistiu; em 22 de março, com uso de spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e até de uma arma sônica, que causava dores nos ouvidos, os aldeados foram retirados à força. A notícia da truculenta ação da polícia militar correu o mundo, com a imagem-símbolo da indígena Mônica Lima

indignada diante de um policial impassível. “Nesse dia levei choque da polícia, eles usaram spray de pimenta, bala de borracha. Havia crianças e idosos. As crianças saíram dali e tiveram de ser internadas”, denuncia.

Passada a Copa das Confederações, em agosto de 2013, o então governador Sérgio Cabral permitiu o retorno dos aldeados, que se dividiram entre os que optaram por deixar a aldeia — e viver em um apartamento financiado pelo Minha Casa Minha Vida — e os que ficaram. “Hoje eles reclamam muito por não conseguirem viver a cultura, por não conseguirem pagar o aluguel, luz, gás, por serem recriminados”, detalha Mônica. Aos que resistiram, como ela, resta o constrangimento de ser impedido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), desde o fim de junho de 2016, de entrar na Aldeia para manter os rituais.

Além disso, grande parte dos 14.500 m<sup>2</sup> da Aldeia estão ocupados pelo asfalto de um estacionamento e de uma cerca que avança em direção às árvores, como o jenipapo, embaixo do qual são realizadas as rezas em volta da fogueira. “A gente não quer asfalto. A gente quer ligação com a terra. O museu precisa ser restaurado. A nossa oca está lá dentro e infelizmente os policiais estão defecando dentro da oca. Nossas barracas, nosso artesanato foi roubado. Nossa biblioteca, com obras raras, foi destruída. Botaram fogo. Inquisição. O choque botou fogo nos nossos livros. Me dói, me emociona até de falar”, descreve antes do silêncio.

O estrangulamento da Aldeia Maracanã, um grupo indígena de formação política, autogestão e vivência, conforme descreve Mônica, é o sufocamento da própria identidade da educadora. “Nós éramos o laboratório da resistência. Além de sermos um museu e estarmos resgatando nossa cultura,

de maneira viva, com nossa presença, nós éramos uma universidade popular intercultural indígena. Por isso fomos logo atacados”, explica ela. Mônica conta sempre ter vivido um “vazio muito grande” antes de descobrir a cultura indígena, mesmo vivendo num grande centro urbano. “E o vazio era maior porque os princípios na cidade, do capitalismo, são totalmente diferentes dos nossos princípios indígenas. A gente vive num outro tipo de sociedade”, descreve.

A fala de Mônica segue o ritmo de sua cultura, em círculos difíceis de organizar num texto curto e linear como este. Em agosto de 2014, depois de a Justiça mandar prender vários militantes às vésperas da final da Copa do Mundo, a luta dela se cruzou com a perseguição institucional. Mônica participou de uma vigília na frente do presídio, em Bangu, para onde os militantes foram levados, e desde então sua vida como educadora prisional virou um inferno. “Os agentes e policiais da guarita foram me abordar e questionar o fato de eu ser professora e participar da manifestação. Foram me fotografar no restaurante e a partir daí comecei a sofrer esse processo de assédio e perseguição”, detalha.

Mônica batalha pela restituição de suas funções como educadora prisional e para isso ela pede apoio por meio de petição on-line direcionada à secretaria estadual de educação [Assine em <http://bit.ly/29YYRac>]. Antes mesmo do afastamento, ela relata ter vivido certa perseguição étnica, por ser índia, e por sua proposta pedagógica com os encarcerados. “Os professores como um todo já são perseguidos, e a gente tem que questionar isso dentro do sistema, porque nós somos libertadores, e eles são repressores. A maioria das pessoas que está nos presídios não deveria estar. É mais uma vez um processo de luta de classe. Quem está ali é preto, negro, pobre. Sem falar no que é a Justiça hoje. Muitos estão ali sem que seus processos fossem julgados”.

Nas várias lutas de Mônica cabe espaço ainda pelo grito de dignidade por saúde. Ela segue na defesa do Hospital Pedro Ernesto, agonizando sem os repasses estaduais, e encampou a luta dos moradores de Santa Cruz, sufocados pelo pó que mata emitido pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Mônica estudou como pesquisadora os impactos na saúde gerados pela siderúrgica e, por isso, chegou a ser processada pela empresa.

“Eu sou isso. Eu sou verdadeira. Até minha forma de vestir já é uma militância, já é uma resistência. E realmente eu não me deixo escravizar, eu não me deixo perseguir”, demarca Mônica, mãe de três filhos, um deles abraçado pela adoção. No coração de Mônica há sempre lugar para uma causa de justiça. “Ninguém nunca vai conseguir me calar”.

Chamando-a sempre de Mônica, despedimo-nos aqui dela pelo seu nome indígena: Tripuira Kuaray, ou o pássaro que canta o amanhecer. Na baixa estatura da educadora e militante indígena voa alto um pássaro pequenininho, fazendo ecoar sonhos despertos no amanhã — e que jamais vão adormecer.



Foto: Anette Alencar/ Instituto Pacs